


PERSPECTIVAS, AÇÕES COLETIVAS E INTERAÇÕES DE MOVIMENTOS FEMINISTAS COM O ESTADO EM BELO HORIZONTE

PERSPECTIVES, COLLECTIVE ACTION AND INTERACTION OF FEMINIST MOVEMENTS WITH THE STATE IN BELO HORIZONTE

PERSPECTIVAS, ACCIÓN COLECTIVA E INTERACCIÓN DE LOS MOVIMIENTOS FEMINISTAS CON EL ESTADO EN BELO HORIZONTE


Anna Clara Ferreira Mattos

Fundação João Pinheiro

 0009-0004-5627-3654


Flavia de Paula Duque Brasil

Instituto Brasileiro de Ensino

 0000-0003-3070-7050


Ricardo Carneiro

Instituto Brasileiro de Ensino

 0000-0003-4674-7639

Maria Aline Dias

Instituto Brasileiro de Ensino

 000-0001-9964-9536

Resumo: Os movimentos feministas representam a luta contra as condições de desigualdade impostas violentamente às mulheres em uma sociedade patriarcal. Nessa linha, as pautas desses movimentos envolvem a busca pela transformação de comportamentos e da sociedade como um todo, para além de demandas concretas e ações específicas. Parte das reivindicações feministas passam pela criação de políticas públicas e pela interação com o Estado em busca da efetivação de direitos. O objetivo do trabalho é compreender as ideias e demandas centrais de três movimentos feministas que atuam em Belo Horizonte - Coletivo Ana Montenegro, Movimento Olga Benário e Marcha Mundial das Mulheres-, explorando os seus posicionamentos e repertórios de ação e interação com o Estado e suas perspectivas de intervenção em políticas públicas. O artigo apoia-se nos estudos sobre movimentos sociais, mobilizando os conceitos de frames, de repertórios de ação coletiva e de repertórios de interação, além da literatura feminista, que traz as especificidades desses movimentos. Tem-se em vista analisar as formas de ação coletiva dos movimentos feministas focalizados e a sua relação com o Estado, bem como sua perspectiva sobre essa interação a partir dos enquadramentos interpretativos de cada movimento. Para tanto, a

metodologia emprega, além da revisão bibliográfica, levantamentos documentais e entrevistas com participantes dos movimentos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Movimento Feminista; Frames; Repertórios de Ação Coletiva; Repertórios de Interação.

Abstract: Feminist movements represent the struggle against the inequality conditions violently imposed on women in a patriarchal society. In this sense, these movements' agendas involve the search for the transformation of patterns and of society as a whole, beyond their concrete demands and specific actions. Part of the feminist's claims involve the creation of public policies and the interaction with the State in search of the enforcement of rights. Considering the context of Brazilian social movements in the last decades, their repertoires of collective action involve opposition and confrontation, as well as negotiation, social participation and even institutional activism in the State. The goal of this paper is to understand the central ideas and demands of three feminist movements that act in Belo Horizonte - Coletivo Ana Montenegro, Movimento Olga Benário and Marcha Mundial das Mulheres -, exploring their positions and forms of action and interaction with the State and their perspective of intervention in public policies. The article approach is based on social movements studies, mobilizing the concepts of frames, repertoires of collective action and repertoires of interaction, besides the feminist literature that brings up the specificities of these kinds of movements. The aim is to analyze the forms of collective action of the focused feminist movements and their relation with the State, as well as their perspective on this interaction from the interpretative frames of each movement. To this end, the methodology employs, besides the bibliographic review, documentary surveys and interviews with activists from the movements..

Keywords: Social Movements; Feminist Movement; Frames; Repertoires of Collective Action; Repertoires of Interaction.

Resumen: Los movimientos feministas representan la lucha contra las condiciones de desigualdad impuestas violentamente a las mujeres en una sociedad patriarcal. En este sentido, las agendas de estos movimientos implican la búsqueda de la transformación de patrones y de la sociedad en su conjunto, más allá de sus demandas concretas y acciones específicas. Parte de los reclamos feministas involucran la creación de políticas públicas y la interacción con el Estado en busca de la vigencia de derechos. Considerando el contexto de los movimientos sociales brasileños de las últimas décadas, sus repertorios de acción colectiva implican oposición y confrontación, además de negociación, participación social e incluso activismo institucional en el Estado. El objetivo de este artículo es comprender las ideas y demandas centrales de tres movimientos feministas que actúan en Belo Horizonte - Coletivo Ana Montenegro, Movimento Olga Benário y Marcha Mundial das Mulheres -, explorando sus posiciones y formas de acción e interacción con el Estado y sus perspectiva de intervención en las políticas públicas. El enfoque del artículo se basa en estudios de movimientos sociales, movilizandolos los conceptos de marcos, repertorios de acción colectiva y repertorios de interacción, además de la literatura feminista que aborda las

especificidades de este tipo de movimientos. El objetivo es analizar las formas de acción colectiva de los movimientos feministas focalizados y su relación con el Estado, así como su perspectiva sobre esta interacción desde los marcos interpretativos de cada movimiento. Para ello, la metodología emplea, además de la revisión bibliográfica, levantamientos documentales y entrevistas a activistas de los movimientos..

Palabras clave: Movimientos Sociales; Movimiento Feminista; Marcos; Repertorios de Acción Colectiva; Repertorios de Interacción..

1. INTRODUÇÃO

Por séculos de dominação de uma estrutura social patriarcal, a participação na esfera pública, nas disputas políticas e espaços institucionais foi - e ainda é - negada a toda uma metade da humanidade: as mulheres. Apesar de desde o século XIX as mulheres se organizarem coletivamente para reivindicar sua participação nos espaços de poder e de tomada de decisão, as conquistas permanecem frágeis e desiguais entre a diversidade que compõe o sexo feminino. A variedade de experiências de ser mulher, marcadas pela territorialidade, o contexto socioeconômico, a classe, a raça e a sexualidade, cria múltiplas formas de resistência às violências de gênero e, delas, emergem distintas pautas e leituras do mundo que se organizam nos movimentos sociais feministas (Rezende; Souza e Brasil, 2021).

Mais do que a participação nas instituições públicas, os movimentos feministas apontam os caminhos para uma sociedade livre da divisão e da hierarquização entre sexos, pautando desde questões relacionadas ao trabalho e à representatividade política até a sexualidade e as desigualdades raciais e de classe entre as mulheres.

No contexto dos anos 1960 e décadas seguintes, emergem novos movimentos sociais, dentre os quais o movimento feminista, com pautas culturais amplas, de reconhecimento de identidades e de transformação da sociedade. Federici (2019, p.239) descreve o feminismo como “uma força poderosa, que desafia não só as relações desiguais de gênero, mas também toda a estrutura social”. Nessa linha, as mulheres se organizam no sentido da redefinição de seu papel na sociedade como um todo, o que passa pela reivindicação de direitos e de políticas públicas voltadas à equidade de gênero ao Estado.

A atuação das mulheres no âmbito dos movimentos feministas marca-se pela pluralidade de participantes, formas de organização e ações coletivas, embasadas por discursos e narrativas coletivamente construídos, que também variam entre os movimentos, formando divergências e convergências entre eles.

Nesse sentido, cabe destacar a dimensão cognitiva e ideacional da ação coletiva, caracterizada pelos significados e definições compartilhados pelos participantes, que para McAdam, McCarthy e Zald (1999) - autores chave da teoria do processo político que será mobilizada - baliza a atuação do movimento social a partir de suas estruturas de organização e de fatores contextuais. Considerando aportes dessa corrente, especificamente os conceitos de repertório de ação coletiva e de frame ou enquadramento interpretativo, ao lado da literatura feminista, o presente trabalho busca compreender as ideias, as formas de ação coletiva, as demandas e propostas centrais de três movimentos feministas atuantes em Belo Horizonte: a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) - Núcleo Walkiria Afonso Costa, o Movimento Olga Benário e o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM). São de interesse nesta abordagem os posicionamentos e as perspectivas dos movimentos relacionados à sua interação com Estado, explorando como os significados construídos e compartilhados pelas participantes incidem nas suas ações coletivas e nas relações entre movimentos e Estado.

2. METODOLOGIA

Inicialmente, situa-se a seleção dos movimentos que atuam em Belo Horizonte abordados no artigo, que constitui um esforço parcial que se inscreve em uma pesquisa de maior envergadura. Diante da pluralidade de movimentos feministas atuantes na cidade, o critério de escolha dos movimentos analisados foi seu papel e relevância nas mobilizações e manifestações do Dia Internacional da Mulher que ocorrem anualmente. São dois os principais atos do dia 8 de março: o 8M Popular, que conta com a participação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), e o 8M Unificado, do qual participam na organização o Movimento Olga Benário e o Coletivo Ana Montenegro.

Além da revisão de literatura realizada como ponto de partida, que ancora questões que balizam o desenvolvimento do trabalho e a consecução dos objetivos enunciados, a pesquisa recorreu a levantamentos documentais relativos aos movimentos, disponibilizados presencialmente pelas participantes ou a partir de seus sites e redes sociais. Dentre os materiais obtidos, destacam-se cartilhas, materiais de formação e de divulgação dos movimentos.

Foram realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas com integrantes dos movimentos focalizados, orientadas por questões gerais envolvendo o perfil das participantes e a experiência particular de cada entrevistada no movimento, ao lado de questões específicas referentes aos significados construídos e os entendimentos compartilhados pelo movimento, às suas formas de ação coletiva e atuação na cidade, às articulações e interações com outros atores coletivos, com destaque para o Estado.

A entrevistada 1 é militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) Núcleo Walkiria Afonso Costa. A entrevistada 2 integra o Movimento Olga Benário e atua em Belo Horizonte. A entrevistada 3 é uma das fundadoras da Casa Tina Martins gerida pelo do Movimento Olga Benário e participante do Movimento Luta de Bairros (MLB). Por fim, a Entrevistada 4 participa da coordenação do Coletivo Ana Montenegro.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS: frames e repertórios de ação e interação

A partir das mobilizações de vulto orientadas para mudanças sociais em torno de questões como etnia, gênero, pacifismo e ambientalismo no ambiente dos anos 1960 e 70, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, os movimentos sociais passam a se constituir em um foco mais sistemático de desenvolvimentos teóricos e analíticos (Alonso, 2009). As reivindicações emergentes nesse cenário não se relacionam apenas a demandas materiais - que não deixam de ser relevantes, nem de integrar as pautas - mas, sobretudo, endereçam-se a transformações mais abrangentes na sociedade, remetendo ao reconhecimento de identidades, à qualidade e à diversidade de formas de viver.

A partir desse contexto, a abordagem dos movimentos sociais se desdobra em correntes distintas, com chaves analíticas que iluminam diferentes aspectos. Um conjunto de esforços de autores europeus se aglutina em torno da identidade e da dimensão cultural, sob a rubrica de novos movimentos sociais. Por outro lado, a corrente norte americana de mobilização de recursos, enfatiza a dimensão estratégica e instrumental da ação coletiva e é objeto de revisões e reformulações, que adiante, sob a perspectiva teórica de processo político, acomoda a dimensão cultural. Sem a pretensão de efetuar uma revisão desse campo teórico e dessas linhagens, aponta-se que desenvolvimentos posteriores envolvem revisões, conciliações e influências recíprocas entre as diferentes perspectivas.¹

Nessa linha, buscando articular os diferentes lastros teóricos e definições dos movimentos sociais e caracterizá-los em contraste com as organizações e coalizões, Diani e Bison (2010, p. 220) definem os movimentos sociais como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada”. Também tendo em vista salientar premissas convergentes comuns entre as diferentes correntes, Cohen e Arato (1992) apontam para dois níveis distintos: o das mobilizações e o das formas de organização que constituem uma base para a ação coletiva. Esses autores também destacam as possibilidades de influência dos movimentos sociais nos domínios institucionais, seja em relação a questões relativas à redistribuição de recursos, seja no que toca a dimensão do reconhecimento de identidades coletivas.

Como posto, o artigo mobiliza conceitos oriundos da teoria de processo político: frames ou enquadramentos interpretativos e repertórios de ação coletiva, ao lado da noção de repertórios de interação construída a partir da perspectiva analítica do contexto brasileiro.

O conceito de frame foi inicialmente desenvolvido por Erving Goffman² e, posteriormente, incorporado e reformulado pela literatura de movimentos sociais voltada para os processos de mobilização contestatória a partir da racionalidade estratégica dos atores sociais e das questões culturais e cognitivas (Silva, Cotanda e Pereira, 2017). Os frames

¹ Ver as revisões de Cohen e Arato (1992); Gohn (1997); Della Porta e Dianni (1999); e Alonso (2009).

² Ver a gênese do conceito e de sua apropriação na revisão de Silva et al.(2017) e ver a revisão Benford e Snow (2000) que são autores-chave no desenvolvimento contemporâneo do conceito.

remetem aos significados e esquemas interpretativos construídos e compartilhados pelos integrantes dos movimentos sociais, que demarcam os problemas sob uma perspectiva específica e favorecem o engajamento dos ativistas sob orientações comuns. Nos termos de McAdam, McCarthy e Zald (1999), configuram-se como um elemento de mediação entre oportunidades políticas para a atuação dos movimentos e as formas de organização e ação dos movimentos sociais, permitindo, por meio de uma dimensão cognitiva, a mobilização para a ação coletiva .

Benford e Snow (2000) decompõem os frames em três dimensões que constituem as molduras interpretativas dos movimentos sociais: o enquadramento de diagnóstico, o enquadramento de prognóstico e o enquadramento motivacional. A primeira dimensão se refere à identificação de uma situação como uma injustiça ou um problema social e, em seguida, a atribuição da responsabilidade ou culpa sobre esse processo, definindo protagonistas e antagonistas. O enquadramento de prognóstico, por sua vez, articula proposições de solução para o problema identificado e estratégias para sustentar um plano de ação, adotando, frequentemente, uma postura de contestação da eficácia das soluções propostas pelos oponentes e de justificar as posturas do movimento. Os autores destacam essa dimensão como uma das principais formas de diferenciação entre os movimentos, o que pode ser particularmente relevante para a comparação entre os movimentos feministas atuantes em uma mesma localidade, que, apesar de possuírem percepções aproximadas sobre os problemas sociais que buscam combater, entram em conflito quanto às formas de atuação, inclusive no que diz respeito ao diálogo e à colaboração com o Estado. A última dimensão é o enquadramento motivacional, que consiste no reconhecimento dos participantes em relação ao problema definido e o engajamento para a ação coletiva, garantindo a aderência ao movimento de forma sustentada.

Por sua vez, o conceito de repertório de ação coletiva, elaborado por Tilly (1978)³, revisitado e revisado nas décadas seguintes, refere-se às formas de ação dos movimentos sociais em busca da realização de seus interesses, escolhidas a partir de uma variedade

³ Ver a trajetória e revisão do conceito em Alonso (2012).

limitada de técnicas e práticas já experimentadas e legitimadas social e politicamente. As formas de ação escolhidas são influenciadas pela natureza do problema e dos conflitos, pelos recursos disponíveis e pelo conhecimento adquirido pelos atores em processos anteriores ou pela própria cultura. Além do aprendizado sobre como desenvolver as ações conhecidas, a reprodução das práticas ocorre em função da legitimidade dessas formas de organização, reconhecidas no meio em que atuam.

Os limites dos repertórios são demarcados pelo contexto histórico-cultural em que se inserem, fortemente influenciados pelas experiências passadas, contudo os “atores constantemente modificam seu repertório de ação coletiva, experimentando e combinando diferentes práticas em novas formas de organizar, mobilizar apoio e expressar demandas” (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014, p. 327).

Conforme Abers, Serafim e Tatagiba (2014), embora a relevância do conceito de repertório de ação coletiva seja indiscutível, a realidade brasileira pós-1988 exige uma análise da relação entre movimentos sociais e Estado que compreenda, além a noção de conflito, a atuação no interior do Estado, em espaços de participação ou instituições participativas que proliferam no país nas últimas décadas, pela presença de ativistas na burocracia, configurando o ativismo institucional ou por meio do compartilhamento de projetos. Nesse sentido, as autoras desenvolveram o conceito de repertório de interação entre Estado e sociedade civil, que busca incorporar a diversidade de estratégias utilizadas pelos movimentos, em especial no Brasil, e tem sido empregado em diversas abordagens analíticas dos movimentos brasileiros. (Tatagiba, Paterniani e Trindade, 2012; Losekann, 2013; Rezende, Souza e Brasil, 2022; Silva, Bronzo e Brasil, 2023).

Abers, Serafim e Tatagiba (2014) identificam quatro principais repertórios de interação Estado-sociedade: protestos e ação direta, participação institucionalizada, políticas de proximidade e ocupação de cargos na burocracia. O primeiro tipo é uma forma de expressar as demandas e pressionar o Estado a negociar, publicizando conflitos e demonstrando o poder de mobilização. Nessa situação, os protestos podem objetivar a abertura da negociação, no caso de governos menos permeáveis, ou podem ser parte do ciclo de negociação, nos casos em que o governo e o movimento possuem projetos

políticos comuns. A participação institucionalizada ocorre por meio de canais de diálogos oficiais com regras previamente definidas que normalmente envolvem formas de representação. As autoras exemplificam três modelos de participação no Brasil: o orçamento participativo, os conselhos de políticas públicas e as conferências. A política de proximidade, por outro lado, não apresenta esse caráter formal, na medida em que se fundamenta em relações pessoais entre os atores do Estado e da sociedade civil. Já a ocupação de cargos na burocracia é uma estratégia para inserir as pautas diretamente no governo, que é mais frequente quando este é percebido como aliado do movimento. O posicionamento na burocracia oferece ainda outras oportunidades de interação, como reforçar a política de proximidade, facilitando a relação entre o movimento e o Estado. Losekann (2013) ainda aponta para a mobilização judicial como repertório de ação e de interação dos movimentos com o Estado, e Costa (2021 apud Silva, Bronzo e Brasil 2023) para a ocupação do legislativo por meio de candidaturas e mandatos.

Os conceitos abordados apresentam-se entrelaçados no cotidiano dos movimentos sociais, de modo que os enquadramentos interpretativos, em suas três dimensões, influenciam os repertórios de ação coletiva e de interação com o Estado, oferecendo uma base cognitiva compartilhada para a prática. Todos esses conceitos são complementados pela perspectiva sobre os movimentos feministas, seu histórico e literatura específica.

4. MOVIMENTOS FEMINISTAS

A centralidade do debate feminista está nas desigualdades de gênero, com foco sobre a situação das mulheres na hierarquia entre o masculino e o feminino. O feminismo reivindica mudanças que vão muito além de políticas específicas e transformações concretas, ele busca transformações sociais que envolvem, além de políticas públicas e direitos para as mulheres no sentido da equidade, mudanças na posição assumida pela mulher socialmente, o fim da cultura que impõe o gênero com comportamentos e obrigações delimitadas, a autonomia e a liberdade para as mulheres. Como mostra Hooks (2021, p.18), um feminismo para todos oferece a esperança de “um mundo onde todos

nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades”, referindo-se ao fim da dominação e das desigualdades entre homens e mulheres.

Montenegro (2022) mostra que, inicialmente, as questões feministas se limitavam à conquista da igualdade formal e jurídica, de modo que, apenas na década de 1960, reconheceu-se que essa igualdade não era suficiente para assegurar os direitos das mulheres na prática. Contudo, a autora critica a separação estabelecida entre as questões de gênero e os demais conflitos sociais, como as questões raciais e de classe. Entre as mulheres, que representam mais da metade da humanidade, há desigualdades de raça, de classe, de localidade e outros fatores que impedem a existência de um pensamento feminista único, levando a feminismos plurais que abarcam a diversidade de mulheres e de experiências femininas. Hooks (2021), por exemplo, descreve as diferenças entre as vivências de mulheres trabalhadoras e mulheres brancas com alto nível de educação no início do movimento de libertação das mulheres: enquanto as primeiras precisavam trabalhar fora em uma jornada exaustiva recebendo os mais baixos salários e, ao mesmo tempo, realizar as tarefas domésticas sem remuneração, o segundo grupo entendia o trabalho remunerado como uma forma de liberdade, considerando o confinamento ao lar como uma crise para as mulheres (Friedan, 2021).

Outra questão apontada pela autora é o racismo, que gera privilégios às mulheres brancas em relação às negras/não brancas, o que impacta diretamente as mulheres negras em experiências particulares marcadas pela relação entre o sexismo e o racismo. No Brasil, as mulheres brancas e de classe média alta dos séculos XIX e XX receberam destaque como protagonistas dos movimentos feministas, invisibilizando a luta histórica das mulheres negras. Rezende, Souza e Brasil (2021) destacam as contribuições de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento no resgate à resistência das mulheres negras, com uma luta fortemente atrelada à dimensão racial.

Para analisar a trajetória recente do feminismo no Brasil e na América Latina, Alvarez (2014) propõe uma separação em três momentos: um de centramento, um de pluralização e um de práticas de feminismos plurais. O primeiro momento, entre as décadas de 1970 e 1980, corresponde à chamada segunda onda do feminismo, descrito como um

centramento do campo e a configuração do “feminismo singular”, em que recebeu destaque a forma de organização autônoma. Essas feministas “estavam firmemente ancoradas no campo mais amplo da resistência e da oposição às ditaduras, inclusive muitas delas provinham da luta armada” (Alvarez, 2014, p. 21). Apesar da contribuição desse espaço para a discussão de questões antes tidas como privadas como assuntos políticos, como representa o lema “o pessoal é político”, essa narrativa apresenta apenas um campo reduzido do feminismo da época, deixando de lado a heterogeneidade do campo e as mulheres que se filiavam a outros movimentos ou a partidos políticos. Desse modo, a autora afirma que o movimento feminista sempre foi um campo plural, mas a história “oficial” o representou como singular.

No final da década de 1980 e na de 1990, ocorre uma pluralização e um descentramento ainda maior do feminismo, inserido no contexto da transição para a democracia representativa e para um modelo econômico neoliberal. Um diagnóstico comum sobre o período é de que o movimento feminista estava desmobilizado, despolitizado e cooptado. Alvarez (2014) mostra que os discursos e as práticas feministas começam a circular nos partidos eleitorais, nos governos, nas universidades e na cooperação internacional, como na ONU, caracterizando uma articulação vertical, de modo que o gênero passou a ser mainstreamed ou transversalizado. Nesse contexto, se destacam as ONGs especializadas e profissionalizadas, no lugar dos coletivos autônomos, como figuras de maior visibilidade e com maior acesso a recursos de poder. No Brasil, dentre outros destacam-se também os movimentos populares de base do Partido dos Trabalhadores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos rurais, além dos movimentos estudantis. Além disso, os movimentos de mulheres negras se organizaram em encontros regionais e nacionais fundamentais para a configuração dos feminismos negros (Alvarez, 2014). A autora também destaca o papel da ONU em conferir maior visibilidade aos feminismos plurais e diversos. Por outro lado, Federici (2019, p. 239) classifica as intervenções da ONU nesse debate como uma forma de “domesticar um movimento que contava com um enorme potencial subversivo [...] comprometido com uma transformação radical da vida cotidiana”.

O terceiro momento, de acordo com Alvarez (2014), é marcado pelo fluxo horizontal dos discursos e das práticas de feminismos plurais (sidestreaming), com a multiplicação de campos feministas. A partir do final da década de 1990, grupos marginalizados pelo neoliberalismo começaram a ganhar maior destaque político em toda a América Latina, com a chamada “maré rosa”. Desse modo, o feminismo anticapitalista, antipatriarcal e antirracista ganha espaço, contando com uma perspectiva interseccional (Rezende, Souza e Brasil, 2021). As estratégias priorizadas pelos movimentos envolvem marchas, a utilização massiva dos meios de comunicação e a presença do Estado no campo feminista. Sobre a participação do Estado, chamada de “feminismo estatal participativo”, que corresponde ao repertório de interação de participação institucionalizada, Álvarez (2014) destaca as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres realizadas em 2004, 2007 e 2011. O debate sobre sexualidade e identidade de gênero também são marcantes do momento atual do feminismo.

Especificamente sobre o caso mineiro, Rezende, Souza e Brasil (2021) identificam características do feminismo brasileiro contemporâneo. O sidestreaming transparece na interação dos movimentos com outros atores, permitindo trocas e disputas, que é, muitas vezes, possibilitado por espaços de discussão feminista incorporados ou oferecidos pelo Estado. As marchas que ocorrem no Dia Internacional das Mulheres e a Marcha das Margaridas também são destacadas como espaço para a interação entre atores sociais, fortalecendo os vínculos entre eles. As autoras destacam o feminismo estatal participativo de forma não linear, com variação do grau de participação na pasta estadual de políticas para as mulheres nas diferentes gestões, na medida em que a presença de sujeitos com origem nos movimentos na institucionalidade gera maior confiança e fortalecimento das ações intrainstitucionais.

5. MOVIMENTOS FEMINISTAS EM BELO HORIZONTE: frames e repertórios de ação e de interação

No contexto do feminismo contemporâneo brasileiro examinado na seção anterior se inscrevem os três movimentos abordados em sequência, que a partir de uma breve descrição são analisados na perspectiva de seus frames e repertórios.

Marcha Mundial das Mulheres

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento internacional organizado em mais de 50 países e está presente em núcleos em 20 estados brasileiros. Ela surgiu a partir da marcha feminista de 850 mulheres por 200 quilômetros denunciando a pobreza e a violência de gênero, com o lema “pão e rosas”, realizada em Quebec (Canadá), em 1995. Essas mulheres buscaram articular um movimento feminista internacional, convocando a Marcha Mundial das Mulheres, em 1998, que contou com a participação de representantes brasileiras da CUT (MMM, 2015), que, posteriormente, convidaram a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) para compor a organização da MMM Brasil. Desse modo, foi elaborada uma primeira ação internacional: “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, entre 08 de março e 17 de outubro de 2000. Com o sucesso da ação, a MMM se tornou um movimento transnacional permanente.

O movimento estava inserido no contexto do sidestreaming, apresentado por Alvarez (2014), e, assim, se orientava pela noção de enfrentamento internacional ao capitalismo neoliberal, reconhecendo dimensões transnacionais da opressão às mulheres. As pautas, portanto, não se limitam à compreensão da experiência da mulher separada de outras questões, mas de um entendimento estruturante da violência e da opressão, passando por questões gerais, como os impactos do neoliberalismo, mas também chegando a questões que afetam mais especificamente a vida das mulheres, como o trabalho doméstico e de cuidado e o controle dos corpos femininos. A Entrevistada 1, descrevendo a orientação central do movimento, explica que “partimos do entendimento de que a gente faz uma luta contra esse capitalismo patriarcal de hegemonia branca e heteronormativa”, mostrando o diálogo com diferentes pautas.

Essa orientação central contribui para a compreensão dos frames construídos pelo movimento. De acordo com a apresentação do próprio movimento, as participantes entendem que “as mulheres ao redor do mundo vivem problemas semelhantes, decorrentes de um mesmo modelo de sociedade baseada na exploração e na opressão capitalista, racista e patriarcal” (MMM, 2021), de modo que a orientação da MMM é para “mudar o mundo e a vida das mulheres em um só movimento” (MMM, 2021). Além dessa orientação central, há quatro campos de ação definidos como prioritários: autonomia econômica das mulheres, bem comum e serviços públicos, paz e desmilitarização e fim da violência contra as mulheres.

O Núcleo Walkiria Afonso Costa, um dos dois núcleos da MMM ativos em Belo Horizonte atualmente, organiza mulheres jovens e universitárias, muitas filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e aos movimentos estudantis. Como relatou a Entrevistada 1, apesar de a Marcha não estar vinculada ao PT, muitas mulheres que fazem parte do movimento estão ligadas ao partido, de modo que há uma relação de proximidade entre os dois. Nesse sentido, os significados compartilhados pelas mulheres de um núcleo específico são ainda mais fortes e homogêneos, na medida em que elas se agrupam de acordo com características e visões em comum. Como afirma a própria entrevistada, as questões discutidas no Núcleo Walkiria estão em acordo com as estabelecidas em nível nacional e internacional, mas o modo como elas ocorrem e seus desdobramentos se relacionam ao perfil específico das mulheres que compõem o grupo, em sua maioria universitárias e jovens vinculadas ao PT.

As ações promovidas pelo movimento compõem um repertório muito diverso, como relatou a Entrevistada 1. A criação de espaços de discussão, para construção do feminismo no cotidiano, as ações culturais, como cinemas e batucadas, a panfletagem para campanhas específicas e a produção de materiais para divulgação nos meios digitais foram as principais ações destacadas. No meio virtual, que se tornou ainda mais relevante durante a pandemia, há ainda a dificuldade em ampliar a divulgação e as possibilidades de acesso aos materiais produzidos, sendo que atualmente adotam a circulação por meio do site da MMM e das redes sociais. Destaca-se a ocupação das ruas pelas mulheres do movimento e a mobilização para atos, como aponta a participante entrevistada: “a Marcha

tem um papel importante em colocar as mulheres nas ruas de Belo Horizonte”, o que é relevante, especialmente no movimento feminista, por representar uma transgressão à ideia patriarcal de que as mulheres são seres do espaço privado, passando a reivindicar o espaço público e o debate político. O ato de maior destaque na capital é o 8 de março, sendo a MMM um dos movimentos organizadores do 8M Popular. Este espaço é particularmente interessante por possibilitar a interação entre diferentes movimentos, seja no sentido de colaboração para a construção do ato ou de disputas sobre os rumos dele.

Para além do repertório de ação direta e das demais formas de ação coletiva mencionadas, a perspectiva de interação com o Estado foi apresentada como uma questão relativa ao alinhamento do governo às pautas do movimento, principalmente no nível nacional. Enquanto transparecia uma forte preocupação em se opor ao governo Bolsonaro até 2022, evidente na entrevista, nas redes sociais e nas ações promovidas pelo movimento, durante os governos do PT a participação institucionalizada e o diálogo com o Estado eram vistos como estratégias importantes para a MMM. A participante entrevistada apontou a necessidade de vislumbrar um sentido nesse diálogo para que ele ocorra: “a participação nesses espaços não é um fim em si mesmo”. Dentre os repertórios de interação com o Estado descritos por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), os protestos e a ação direta foram identificados principalmente em relação ao governo Bolsonaro, com destaque para as mobilizações “Ele não” e “Fora Bolsonaro”, em que a Marcha possuiu um papel importante de mobilização e organização de atos e atividades de enfrentamento às políticas do governo que afetaram negativamente a vida das mulheres. Já a participação institucionalizada, as políticas de proximidade e a ocupação de cargos na burocracia possuíram maior destaque nos governos do PT, por meio da participação em conferências promovidas pelo governo e a mobilização em torno dos debates produzidos nesses espaços e do diálogo com representantes do governo e até mesmo da proximidade pela ocupação de cargos de direção e outros por ativistas ligadas ao movimento. A Entrevistada 1 ressaltou que a proximidade com o Estado se dá principalmente pelo alinhamento das pautas e pela relação de confiança, criando um ambiente favorável à proposição e à participação dos movimentos sociais. Por outro lado, ela entende que a interação com o governo Bolsonaro seria contraditória, visto que era um governo que

sistematicamente e deliberadamente feria os direitos das mulheres e, portanto, o movimento evita legitimar esses espaços por não acreditar que eles podem incidir positivamente sobre a vida das mulheres.

5.1 Movimento de Mulheres Olga Benário

O Movimento de Mulheres Olga Benário é mais recente em relação ao anterior. Foi criado em 2011 a partir da formação de uma delegação de mulheres brasileiras para a 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas (Venezuela), com 21 representantes de oito estados, sendo que a Entrevistada 2 participou neste momento de criação e atua no movimento desde então. Nesse sentido, o movimento já surge articulado com o contexto internacional, tal como a MMM, principalmente em contato com organizações da América Latina.

O propósito central do Olga Benário é firmemente delimitado na cartilha do movimento e foi reforçado na segunda entrevista: “organizar as mulheres trabalhadoras, das periferias, indígenas e jovens para lutarem pelos seus direitos e para acabar com o injusto sistema patriarcal/capitalista” (Movimento de Mulheres Olga Benário, 2021). O elemento diagnóstico do frame do movimento se aproxima dos demais movimentos feministas: a exploração da população feminina, considerando o agravamento por classe e por raça. É destacada a indissociação entre a luta de classes e a luta feminista, na medida em que o modo como se expressam as desigualdades de gênero estariam fortemente associadas ao capitalismo. Já o elemento prognóstico se estabelece na particularidade da leitura marxista, na medida em que elas definem que “a verdadeira emancipação da mulher só será possível com a vitória da revolução socialista” (Movimento de Mulheres Olga Benário, 2021). Tanto nas entrevistas quanto na cartilha de apresentação foi destacada a identificação do Olga Benário no campo do feminismo marxista, de modo que essa base orienta todas as percepções do movimento. Norteadas por essa linha geral, elas estabelecem uma série de objetivos específicos, que envolvem questões relacionadas ao trabalho, incluído o doméstico, à participação política, à violência, à educação, aos direitos sexuais e reprodutivos, à reforma agrária e às desigualdades raciais e de sexualidade.

Visando a esses objetivos, o repertório de ação coletiva do movimento envolve atividades de formação, com a prioridade em levar as discussões de gênero para a periferia e outros espaços fora da universidade, atos voltados às datas simbólicas nacionais e internacionais e passeatas. Novamente, é destacada a importância da ocupação da rua e dos espaços públicos para o feminismo, visto que, nas palavras da Entrevistada 2, "estar na rua para as mulheres já é subverter uma lógica". Uma estratégia muito enfatizada nas duas entrevistas é a de ocupação, tanto da prefeitura e de secretarias em ações contra políticas específicas ou em cobrança de ações pelo Estado, quanto para moradia e criação de casas de referência para mulheres vítimas de violência.

Na linha da ocupação como um importante repertório de ação do movimento, em 8 de março de 2016 foi realizada a primeira ocupação de mulheres da América Latina. Cerca de cem mulheres ocuparam um prédio abandonado no centro da cidade, da Faculdade de Engenharia da UFMG, com um entorno marcado pela violência contra mulheres. A partir dessa ocupação se estabeleceu a Casa Tina Martins, como um centro de referência para mulheres, instalada posteriormente em uma casa reconhecida como patrimônio cultural cedida para o movimento por meio de comodato, na região centro-sul da cidade .

A Casa Tina Martins consiste em um espaço que funciona 24 horas a partir do trabalho voluntário e da autogestão pelo Movimento Olga Benário, acolhendo e orientando mulheres vítimas de violência na região. Por não possuir nenhuma fonte fixa de financiamento, são realizadas ações como feiras, bazares e campanhas de doação para manter o funcionamento da casa. A Entrevistada 3, que participou da fundação da Casa Tina Martins, sinalizou a dificuldade na gestão da casa pela falta de recursos e de profissionais capacitados e, principalmente, pela sobrecarga física e psicológica para as voluntárias. A dimensão da procura por serviços desse tipo ficou evidente ainda nos primeiros dias da ocupação: 100 mulheres pediram para dormir na ocupação ainda na primeira noite e aproximadamente 500 mulheres passaram por lá na primeira semana, de acordo com a Entrevistada 3.

A dimensão da interação com o Estado transparece nesse caso, na medida em que a negociação foi um aspecto importante para a concretização da Casa Tina Martins. De

acordo com a Entrevistada 3, ocorreu uma série de negociações com o governo nos três níveis, municipal, estadual e federal, para conseguir a regularização de um espaço para a casa, além das negociações sobre recebimento de recursos financeiros e parcerias, que não se concretizaram de forma duradoura. Na visão das entrevistadas, a ação realizada pelo movimento se dá em uma lacuna deixada pelo Estado, visto que era sua responsabilidade garantir a segurança e o atendimento às mulheres vítimas de violência.

As duas entrevistadas apontaram para a interação com o Estado pela necessidade de diálogo e negociação para concretizar ações como as casas de referência, sublinharam as experiências de autogestão e na atuação em lacunas deixadas pelo Estado, e indicaram ações coletivas contestatórias e contra o Estado derivadas do entendimento marxista de busca pela superação do Estado capitalista. Vale destacar que o movimento apresenta um posicionamento claro e enquadramento interpretativo quanto à visão de superação do presente modelo de Estado, de modo que é reforçada a postura de oposição e combate nessa esfera, como exemplificam as ações de ocupação de instituições públicas. Nesse sentido, o repertório de ação coletiva e de interação com o Estado do movimento remete à perspectiva de Souza (2010), de ações “com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado”, como as duas entrevistadas citaram.

5.2 Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro

O Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM) surgiu em 2005, associado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), como um movimento de mulheres trabalhadoras de orientação marxista (Oliveira, 2022). Em nível internacional, o movimento compõe, desde 2016, a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), que está presente em 40 países com o objetivo de promover lutas anti-imperialistas, anticoloniais e anticapitalistas. Nas resoluções da I Conferência Nacional de Organização do CFCAM, é afirmada a linha estratégica do feminismo classista, “partindo do entendimento de que as relações sociais de classe, sexo/gênero, raça/etnia, historicamente interligadas no desenvolvimento do capitalismo, não podem ser analisadas e compreendidas separadamente”(CFCAM, 2022, p. 2). Assim como o Movimento Olga Benário, o CFCAM

não reconhece a possibilidade de solução para a exploração das mulheres em uma sociedade capitalista, mas apenas com a superação deste modo de produção e a transição para uma sociedade comunista. Esse frame foi reafirmado pela Entrevistada 4, quando disse: “nosso coletivo feminista é classista. Fazemos esse recorte de classe, então nós não dialogamos com o feminismo liberal”.

Desse modo, o enquadramento interpretativo do movimento parte da identificação das mulheres como um grupo explorado na sociedade capitalista, estabelecendo forte relação entre essa exploração e o modo de produção vigente, além das questões raciais. Então, o prognóstico para essa situação é a superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade, livre de classes e de desigualdades entre os sexos. O movimento não descarta as pautas imediatas para garantir a melhora nas condições de vida das mulheres, destacando a importância da luta por trabalho, alimentação, saúde, educação, moradia, transporte, cultura e lazer. Uma particularidade que garante a homogeneidade de perspectivas dentro do CFCAM é o centralismo democrático, de acordo com a linha política do PCB, caracterizado pela deliberação democrática - por meio da discussão livre e da circulação vertical e horizontal de informações - seguida pelo cumprimento das resoluções alcançadas, de modo que as minorias devem acatar as decisões da maioria.

A partir dessa orientação, as ações envolvem, de acordo com a Entrevistada 4, atos em um calendário fixo da luta das mulheres, com destaque para o 8 de março (atuação no 8M Unificado), e definidos pela Frente Nacional pela Legalização do Aborto, por meio de ações de panfletagem, rodas de conversa e formação, análise de conjuntura política, mobilização de mulheres para os atos. Durante a pandemia, se destacaram as ações de solidariedade, como a distribuição de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade, organizadas pelo Comitê de Solidariedade Maria do Carmo, estabelecido para este fim específico.

Sobre a interação com o Estado, fica evidente a descrença quanto à possibilidade de superação da dominação do homem sobre a mulher a partir do Estado capitalista, de modo que o CFCAM assume uma posição de enfrentamento ao Estado e luta revolucionária por um Estado socialista. Por outro lado, a Entrevistada 4 relatou alguns momentos de

aproximação com o Estado: ações em parceria com a prefeitura para o Dia Internacional da mulher, em que foram impedidas de utilizar a foice e o martelo como símbolo, a participação em reuniões pontuais e conferências, usufruindo de oportunidades de diálogo, e o estabelecimento de um canal de diálogo com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro Alto Vera Cruz durante a pandemia para atuar em situações de violência doméstica identificadas durante as ações de entrega de cestas básicas às famílias. De modo geral, a perspectiva sobre a relação com o Estado é negativa, tendo em vista o histórico de perseguição aos comunistas e da orientação anticapitalista do movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da teoria de movimentos sociais, somada às contribuições da teoria feminista, a análise dos três movimentos selecionados leva à compreensão de proximidades e divergências nos frames, nos repertórios de ação coletiva e de sua interação com o Estado.

Há pontos em comum no aspecto diagnóstico dos frames nos três movimentos, como a identificação da multiplicidade de fatores que afetam a exploração da mulher, com destaque para as questões raciais e de classe que se somam às desigualdades de gênero, e a centralidade do capitalismo na discussão. Por outro lado, o aspecto prognóstico se diferencia: a MMM apresenta a proposta de somar mulheres em um movimento que dialoga com o Estado e outras instituições orientadas por objetivos comuns e gerais, com foco na dimensão internacional do feminismo; enquanto o Olga Benário e o CFCAM, de forma mais ampla, propõem a superação do capitalismo como um meio necessário para o fim da exploração das mulheres e, nessa linha, apontam também para o mote de superação do Estado.

Um ponto a se destacar é a pluralidade de repertórios de ação coletiva dos movimentos examinados, envolvendo ações diretas, manifestações e marchas, produção de materiais e atividades de formação, ocupações. Os repertórios de ação coletiva dos movimentos

em foco se aproximam na definição de um calendário de luta, na ocupação das ruas e nas atividades de formação. Um destaque é a criação de casas de referência para mulheres no Movimento Olga Benário, em especial a Casa Tina Martins, recorrendo ao repertório de ocupações e à autogestão para oferecer acolhimento e orientação a mulheres vítimas de violência.

Já os repertórios de interação com o Estado se diferenciam. A orientação marxista do CFCAM e do Movimento Olga Benário, tendo como horizonte a superação do Estado capitalista, privilegia uma postura contestatória e de oposição ao Estado. Apesar disso, em ambos os casos tem-se o reconhecimento da relevância do diálogo em alguns momentos, e de negociações, como no caso da Casa Tina Martins, que em sua gênese decorre de uma ocupação, mas envolve interações e negociações com o governo municipal. A MMM, por outro lado, recorre a repertórios de interação diversos com o governo a partir da afinidade com as pautas do movimento e das relações prévias com outros atores institucionais. Nesse sentido, evidencia-se a atuação próxima ao Estado quando as pautas se aproximam, como ocorreu nos governos do PT.

Na prática, essas divergências se manifestam em conflitos nos processos de organização dos atos do Dia Internacional da Mulher, de modo que, como afirmaram as entrevistadas, há duas articulações na cidade que não conseguem alinhar um consenso para a realização de uma ação única, sendo o 8M Popular representado pela MMM e o 8M Unificado representado pelo CFCAM e pelo Movimento Olga Benário. As divergências envolvem principalmente as pautas que serão levadas ao ato, como a inclusão de bandeiras eleitorais ou não, a vinculação a uma linha política específica ou a defesa de prioridades distintas.

O movimento feminista não é único e recebe influências de experiências plurais de ser mulher, que são ainda mais reforçadas pela filiação a linhas políticas e teóricas distintas. Assim, não é esperada uma homogeneidade nas perspectivas e frames bem como nos repertórios de ação e de interação dos movimentos com o Estado.

Dentre os limites do trabalho, se coloca a análise de apenas três movimentos em um universo com uma multiplicidade de atrizes coletivas e experiências no campo feminista

na cidade. Ao lado disso, a própria abordagem dos movimentos feministas focalizados pode ser aprofundada sob as chaves analíticas mobilizadas ou sob outras perspectivas, como os processos de construção dos frames e de decisão quanto às linhas e formas de ação; as formas de organização autogestionárias como no caso da Casa Tina Martins; as interações com as redes (nacionais e internacionais) integradas pelos movimentos e com partidos políticos.

O artigo dialoga com a literatura recente brasileira que discute repertórios de ação e de interação dos movimentos com o Estado e, nesse sentido, a abordagem dos três movimentos feministas endossa a relevância da noção de repertório de interação que se apresenta nas práticas dos movimentos examinados. Nessa linha, a partir das distintas orientações, posicionamento e frames dos movimentos, uma trilha de aprofundamento refere-se às reivindicações e alternativas projetadas pelos diversos movimentos em relação às políticas públicas, tendo em vista a superação das desigualdades de gênero.

Mais além, a discussão efetuada aponta também para o papel de fatores contextuais, como os perfis do governos, para a configuração das ações coletivas e interações com o Estado, que poderiam ser abordados à luz da perspectiva de oportunidades políticas.

Referências

ABERS, R. N.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Dados*, v. 57, n. 2, pp.325-357, 2014.

ALONSO, A.. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009

ALONSO, A.. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. *Sociol. Antropol.*, 2012 2(3), p. 21–41, jun. 2012.

ALVAREZ, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, p. 13-56, 2014.

BENFORD, R; SNOW, D. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, ago. 2000.

BISON, I; DIANI, M. Organizações, Coalizões e Movimentos. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, 2010, p. 219-250.

CFCAM. Resoluções: I Conferência Nacional de Organização. Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, 2022.

DELLA PORTA, D; DIANI, M. Social movements: an introduction. New York: Blackwell, 1999.

FEDERICI, S. Rumo a Pequim: Como a ONU colonizou o movimento feminista. In: ____ O ponto zero a revolução: trabalho doméstico, revolução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FRIEDAN, B. A mística feminina. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2021.

GOHN, M.G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2021.

LOSEKANN, C. Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. Dados, v.56, n.2, p.311-349, 2013.

MMM. Feminismo em marcha em defesa da vida. Marcha Mundial das Mulheres, 2022.

MMM. Nossa história. Marcha Mundial das Mulheres, 2015. Disponível em:

<<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MC ADAM, D; MC CARTHY, J D.; ZALD, M. N. Opportunities, mobilizing structures and framing processes – toward a synthetic, comparative perspective on social movements. In: ____ Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University, [1996] 1999. p.1-40.

MONTENEGRO, A. Ser ou não ser feminista e outras obras selecionadas. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2022.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário. Brasil, 2021.

OLIVEIRA, L. Disputas ideopolíticas entre conservadorismo e feminismo no contexto brasileiro dos anos 2000. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

REZENDE; P. L. A.; SOUZA, L.G.; BRASIL, F.D. Minas Gerais no contexto contemporâneo do feminismo brasileiro. Uberlândia, Caderno Espaço Feminino, v. 34, n. 2, jul./dez. 2021.

SILVA, M; COTANDA, F; PEREIRA, M. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 61, p. 143-164, mar. 2017.

SILVA M.C.; BRONZO, C.; BRASIL, F.P.D. O movimento feminista negro de Belo Horizonte e seus repertórios de ação coletiva. *Espacios Públicos*, v. 24, n.60 , 2023 (prelo).

SOUZA, M. L. Com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado. *Revista Cidades*, v. 7, n. 11, 2010.

TATAGIBA, L, PATERNIANI , S. Z., & TRINDADE, T. A. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, p. 399-42, 2012.